

Natureza, Campo e Cidade: o Desenvolvimento Urbano – do Ocidente para as Minas Gerais do Século XVIII

Ricardo Ferreira Ribeiro

Doutor em Agricultura e Sociedade. Professor do Centro Universitário UNA.

Email: ricrib@uai.com.br

Resumo

Este artigo discute a construção histórica da noção de “natureza” e suas repercussões para a relação campo-cidade no Ocidente, procurando compará-la com o processo de constituição dos primeiros núcleos populacionais no Brasil e, em particular, em Minas Gerais, evidenciando as particularidades aqui observadas em relação ao contexto da urbanização na Europa.

Palavras-chaves: história ambiental, urbanização, relação campo-cidade, cidades históricas, Sertão Mineiro.

Nature, Country and City: the Urban Development - from Occident to Minas Gerais of the Century XVIII

Abstract

This article argues the historical construction of the notion of “nature” and its repercussions for the country-city relation in the Occidente, looking for to compare it with the process of constitution of the first population nuclei in Brazil and, in particular, in Minas Gerais, evidencing the observed particularities here in relation to the context of the urbanization in the Europe.

Keys words: environmental history, urbanization, country-city relationship, historical cities of Minas Gerais, Sertão Mineiro.

1. Introdução

A chamada “questão ecológica” é, sem dúvida, um dos temas mais importantes da atualidade, pois coloca em debate não apenas a concepção de progresso vigente, mas o próprio futuro da humanidade. Essa questão evidencia os limites da natureza e, portanto, da capacidade dos seres humanos de usufruir de seus benefícios, recolocando a noção de limites para a própria humanidade. O “domínio” da natureza pela ciência havia criado a idéia de que “não há limites para os poderes e as possibilidades da Razão” (CASTORIADIS, 1987: 145). Assim, a “questão ecológica” traz também de volta uma outra preocupação antiga da humanidade, que tem marcado os mais variados grupos sociais, em todo o planeta, e os diferentes momentos da sua história: a relação da sociedade com a natureza.

Essa relação é a primeira grande questão a ser abordada nesse trabalho e exatamente pela sua amplitude tem que ser datada e delimitada porque a própria idéia de natureza é talvez tão vasta quanto as diferentes concepções que homens e mulheres desenvolveram de si mesmos e de seus semelhantes. Nesta perspectiva, optei por discutir a noção de natureza no Ocidente Moderno e as mudanças que ela vivencia especialmente entre o final da Idade Média e o início da Idade Contemporânea.

Trata-se de um período de profundas transformações sociais, políticas, econômicas, culturais, religiosas, científicas, etc., marcadas por verdadeiras revoluções, que definiram muito do mundo contemporâneo. Uma dessas transformações nos remete a nossa segunda questão: o processo de urbanização que se inicia no Ocidente e que em grande parte irá ser decisivo para as mudanças ocorridas na relação entre a sociedade e a natureza. Cada vez mais, refletindo sua tentativa de dominar a natureza, a humanidade vai construindo seu próprio meio ambiente e a vida nas cidades se distancia e, até em certa medida, se opõe ao mundo rural, que ainda as rodeia. O campo é esse meio caminho entre a natureza “bruta”, “inculta”, “selvagem” e a vida “civilizada” das cidades, pois a própria característica da atividade agrícola ainda lhe impõe uma grande parcela de subordinação aos “caprichos” da Mãe Natureza.

O objetivo último de tal discussão é analisar essas duas questões em um universo bem específico: as Minas Gerais dos séculos XVIII e início do XIX, momento em que se configurava a colonização européia daquela região brasileira, constituindo aí uma sociedade não só nova, como diversificada internamente. Uma sociedade, que, ao contrário de outros processos de penetração européia no Brasil, marcados pela atividade agro-exportadora, possuía fortes traços urbanos associados à economia mineradora. Em torno dela, gravitava um mundo rural de características próprias. Mais além, esta sociedade se entranhava pelo sertão, espaço ainda “selvagem”, onde o domínio sobre o meio ambiente era um desafio para essa formação social constituída na periferia da “civilização ocidental”, mas que guardava muito das suas noções sobre a natureza. Foi realizada, para tanto, uma revisão bibliográfica, que inclui tanto um resgate do trabalho de vários historiadores e pensadores sociais sobre o processo de formação das cidades no Ocidente e, em particular, na América e no Brasil; como a utilização dos depoimentos de vários cronistas dos séculos XVIII e XIX, que relataram esta trajetória para o caso das Minas Gerais.

2. A noção de “natureza” no Ocidente

Nos dias de hoje, no senso comum e mesmo nas Ciências Sociais, “usamos as expressões natural e natureza como contraponto àquilo que consideramos artificial” (CARVALHO, 1991: 9), ou seja, confrontamos o mundo natural ao mundo da cultura, do fazer humano. Portanto, separamos os seres humanos do restante dos animais, dos seres vivos em geral e de todo o meio ambiente ou do universo onde estão inseridos. Mais ainda, é dado ao homem um papel preponderante sobre a natureza, onde o conjunto de seus elementos é considerado como “recursos” colocados à disposição de homens e mulheres para deles poderem usufruir livremente.

Esta concepção da relação entre a humanidade e a natureza é datada histórica e culturalmente, pois, em outros momentos e formações sociais, ela foi vista de forma diferente e a Antropologia, bem como a História, trazem inúmeros exemplos nesta direção. Analisando um depoimento colhido por Claude Lévi-Strauss entre os chamados “povos primitivos”, onde um de seus membros diz que “nossos ancestrais casaram com animais, aprenderam todos os seus costumes e fizeram passar estes conhecimentos de geração em geração”, Marcos de Carvalho conclui que “entre os seres que habitavam esse universo, as diferenças existentes não eram suficientes para colocá-los em ‘mundos’ distintos, tal como fazemos hoje” (CARVALHO, 1991: 25).

Esta concepção atual de natureza, ainda que sob profunda crítica dentro do debate da “questão ecológica”, data do período moderno e sua trajetória e difusão, por diversas partes do globo, está profundamente vinculada com o surgimento, na Europa, do capitalismo e sua expansão pelo mundo. Para resgatar essa trajetória, é importante retomar a definição de natureza. Robert Lenoble após estudar esse termo, em dicionários e enciclopédias, sintetizou, entre vários outros, dois sentidos mais importantes:

a) “princípio considerado o produtor do desenvolvimento de um ser e que realiza nele um certo tipo”;

b) “conjunto das coisas que apresentam uma ordem, que realizam tipos ou que se produzem segundo leis” (LENOBLE, 1990: 184).

O primeiro sentido nos remete, segundo este autor, “aos ensaios mais antigos escritos pelo homem, na tentativa de compreender o mundo que o rodeia, (...) a uma noção de origem vitalista e animista” (LENOBLE, 1990: 193). Natureza se liga, assim, através de sua raiz latina, à idéia de nascimento, de crescimento de um ser. Associando esse sentido com o segundo, de “conjunto das coisas”, temos a “a idéia comum na Antigüidade de que a Natureza é uma imensa coisa viva e um ser inteligente: Platão falou da ‘Alma do mundo’ e não inventara essa noção; ela atravessa a Antigüidade e inspira ainda o naturalismo do Renascimento” (Idem). Assim, o pensamento das primeiras sociedades evidencia não apenas uma concepção de natureza viva, mas a um sentido animista de como ela era percebida, como um ser vivo muito maior do que os primeiros seres humanos, que dela dependiam para sua sobrevivência. Esse imenso ser assume a identidade de “Mãe Natureza” provedora de suas necessidades e, ao mesmo tempo, autoridade sobre os seus destinos.

Esse primeiro sentido, Lenoble associa também, através da sua raiz comum, com a noção de “nação” ou até de “pátria”, que também está ligada à idéia de nascimento, de pertencimento a um mesmo grupo humano, a partir de antepassados comuns. Identifica, assim, um paralelismo entre o desenvolvimento das noções de “*natio*, unidade de todos os pais [e] *natura*, unidade de todos os seres aparecidos”, cuja origem comum estaria na “Grécia do século V antes de Cristo” (LENOBLE, 1990: 194).

Antes de tomar consciência do seu destino individual, o homem sente-se um elo na cadeia de uma vida que o ultrapassa. O seu nascimento, *natio*, é ao mesmo tempo o que lhe dá a vida e o que lhe proporciona, com a vida e tal como ela, uma estrutura que recebe sem ter desejado, uma *natureza*. Ele pertence aos seus pais e, para lá dos seus pais, a esse grupo humano em que os seus antepassados se revezaram de nascimento em nascimento, a *nação* (Idem, 193).

Assim, a “sociedade grega (...) marcaria definitivamente a cultura ocidental pela oposição entre o ‘mundo da natureza’ e o ‘mundo da sociedade’ ” (CARVALHO, 1991: 34).

O segundo sentido apontado por Lenoble mostra exatamente que a natureza para além de um simples “conjunto de coisas”, apresenta uma ordem, que está regida por leis, não estando governada pelo acaso. Como consequência deste aspecto, este autor retira uma dupla conclusão: em primeiro lugar, que basta-nos conhecer tais leis para nos situarmos neste conjunto e não nos deixar dominar. Lenoble considera que essa primeira conclusão, é alcançada naquele momento da Grécia Antiga, quando, principalmente, Platão e Aristóteles trabalham esse “conjunto de coisas”, como a ordenação do “Cosmos”, regido por “leis racionais”, opondo assim a Natureza ao acaso. As forças da natureza não são mais a manifestação de deuses caprichosos, mas se submetem a uma finalidade, uma lei: “no vértice da Natureza, está a Idéia de Bem, diz Platão, o Acto Puro, diz Aristóteles. (...) Obra de Deus, a natureza dará o exemplo da ordem; como tende para o seu fim ensina igualmente o homem a virar-se para o criador” (Ibidem, 186).

Os seres humanos encontram, nessa perspectiva, uma segurança, garantida pela regularidade da lei e uma liberdade de buscar o seu lugar na natureza, integrando-se nela, não se deixando dominar pelo acaso, pelo arbítrio do que não compreendiam. Para Lenoble, há uma clara vinculação entre essa concepção de natureza dos gregos e a constituição de cidades organizadas que se opõe à anarquia bárbara, através da identidade da lei que organiza o mundo social e natural. Ele afirma que para Platão: “a ordem da Natureza é a ordem da Cidade” (LENOBLE, 1990: 230). A organização da *polis* grega não estava fundada

no “poder natural” de um rei-sacerdote, mas na república democrática do conjunto (ainda que excludente) dos cidadãos.

Se os gregos, já cinco séculos antes de Cristo, avançavam na primeira das conclusões que Lenoble retira do seu segundo sentido de natureza, é exatamente o cristianismo que vai formular a segunda delas no seu desenvolvimento histórico: se conhecemos as leis da natureza, além de não nos deixarmos dominar por ela, podemos nos apropriar dela em nosso benefício. Keith Thomas observa que “em 1967, o historiador americano Lynn White Jr., descreveu o cristianismo, em sua forma ocidental, como ‘a religião mais antropocêntrica que o mundo já viu’ ” (THOMAS, 1988: 28). Na tradição cristã, herdeira do pensamento grego, o ser humano não só está separado do “mundo natural”, como o transcende, seu destino, através da graça, é o do sobrenatural, portanto, em meio à natureza, só pode ocupar o primeiro lugar. Nesta perspectiva, se a natureza se rege por uma ordem, uma finalidade, se nela a humanidade tem um papel preponderante, seu fim só poderia ser o de servir aos seres humanos e é nesta direção que o pensamento cristão vai evoluir em seu longo percurso até alcançar a Idade Moderna.

O cristianismo, segundo Lenoble (1990), apresenta dois pontos que separam sua concepção de natureza da idéia comum na Antigüidade. Em primeiro lugar, a natureza era concebida como incriada e eterna, enquanto para a tradição judaica e cristã, ela é objeto da criação divina e Deus não só a precede, como continuará a existir após o fim do mundo, assim como as almas, portanto, o destino humano transcende o da natureza.

O segundo ponto se refere ao desenvolvimento no cristianismo, ainda que por influência de Platão, da idéia de distinção entre alma e corpo, tornando a natureza ao mesmo tempo o mundo e a carne, mas “nunca o par carne-natureza tomará, na Antigüidade greco-latina, o sentido do mal absoluto, como virá a tomar mais tarde no maniqueísmo e na gnose” (LENOBLE, 1990: 189). Na moral cristã, a natureza transforma-se assim em tentação, em obstáculo que se interpõe entre os homens e mulheres na sua busca de elevar-se a Deus. Esta natureza pagã, que a Igreja combate nos seus primórdios, afasta os cristãos da graça no rigor das concepções de Santo Ambrósio e Santo Agostinho.

O mundo hierárquico da Idade Média é muito distinto do das cidades gregas, se caracterizando por uma grande dispersão da sociedade em feudos praticamente auto-suficientes, aos quais homens e mulheres estão ligados e onde sua vida se restringe. Essa sociedade estava estruturada verticalmente, o poder vinha de uma investidura sagrada e era em torno da Igreja e de suas determinações que a vida se organizava. O mundo estava ordenado em torno dos desígnios de Deus e se estruturava em sua direção: “as idéias de uma natureza orgânica, imutável, movida eternamente a partir de causas e fins predeterminados, num mundo situado no centro do cosmos, (...) serviam com perfeição às pretensões de poder daquela que se tornou a instituição mais poderosa do período medieval” (CARVALHO, 1991: 37).

Na Idade Média, “a Natureza (...) não é um sistema de *quantidades*, mas uma hierarquia de *qualidades*” (LENOBLE, 1990: 208). Acima de tudo está Deus, motor único do universo, que regula o movimento único do Céu, com seus diversos astros e outros entes sobrenaturais; sucedidos no mundo terrestre, segundo alguns, pelo papado, ou para outros, pelo Império no poder supremo sobre os povos (polêmica viva na Itália da Idade Média); seguidos por toda uma hierarquia de senhores e sacerdotes, também investida de poder por determinações sagradas. Nesse mundo, cada ser, humano ou não, possui uma finalidade e se insere em uma ordem, que deve ser aceita como definida por Deus.

Considerada a “longa noite de dez séculos”, vencida pelas luzes do Renascimento, que resgatou o saber da Antigüidade, a Idade Média tem tido seu papel histórico reavaliado mais recentemente. Em primeiro lugar, porque “os homens da Idade Média” estiveram longe de ignorar tudo da cultura antiga” (FEBVRE, 1970: 424), mas também era absurdo esquecer sua contribuição na arquitetura e

era irrisão negar a tal época, em bloco, e indiscriminadamente, o espírito de observação, e o espírito de inovação. Se olharmos de perto, veremos que os homens que inventaram, reinventaram, adaptaram e implantaram na nossa civilização ocidental a atrelagem, a ferradura, o estribo, o botão, a azenha e o moinho de vento, a plaina, a bússola, a pólvora negra, o papel, a imprensa, etc. - esses homens honraram o espírito de invenção e a Humanidade (Idem, 428).

Se a Idade Média nos legou muitas invenções, Lebre destaca que nela havia “entre o saber livresco e o saber prático, poucos ou nenhuns contactos” (Ibidem, 425). Primeiro, porque o saber antigo estava disperso em manuscritos ou fragmentos destes, conhecidos por uns poucos e situados a grandes distâncias com enormes dificuldades de contato. Só a imprensa permitiu sua reunião, divulgação e comparação a partir do século XV. Também porque não dispunham de instrumentos, como o microscópio e a luneta, que lhes permitisse enxergar além do que a visão lhes oferecia, assim, na Idade Média, “nada se opõe, pois à identidade da coisa percebida e da coisa real: uma coisa é em si mesma tal como a percebemos” (LENOBLE, 1990: 208). O que não impedia que o mundo natural se misturasse com o sobrenatural e estivesse, dessa forma, povoado de anjos, demônios e santos, e também de toda a fantasia herdada “das primeiras idades: os unicórnios, os dragões, os basiliscos, tão reais, tão bem ‘vistos’ como o resto” (Idem, 204). Esse mundo também está recheado de sinais da presença da passagem de Deus pela Terra e as Cruzadas constituem uma das muitas evidências da proximidade da vivência do universo bíblico com o cotidiano medieval de busca da salvação.

Se faltavam instrumentos para aprofundar a observação, faltavam também um sistema de unidades de medida mais preciso e unificado, pois variava em cada cidade ou aldeia, o tratamento de comprimentos, pesos e volumes. “E como a ciência não tem ferramentas, também não tem linguagem” (FEBVRE, 1970: 432). A álgebra criada pelos gregos, não tinha sua linguagem conhecida, assim como a da aritmética atual, sendo, portanto, grande a dificuldade de realizar os cálculos matemáticos hoje considerados mais simples. Alexandre Koyré destaca que, mesmo as máquinas dos séculos XVI e XVII, não eram, em sua grande maioria, calculadas, “foram concebidas e executadas ‘a olho’, ‘por estimativa’. Todas pertencem ao mundo do ‘aproximadamente’ ” (KOYRÉ, 1982: 68).

Esse mundo do “mais ou menos” era o chamado mundo sublunar, o mundo dos homens e da natureza, mutável e impreciso. Nesta visão que a Idade Média e o Renascimento herdaram dos gregos antigos, “entre a matemática e a realidade física existe um abismo, (...) não há na natureza círculos, elipses ou linhas rectas. É ridículo querer medir com exactidão as dimensões de um ser natural (...)” (Idem, 61). O mundo da perfeição, da matemática e da geometria, era o mundo imutável e incorruptível dos astros, onde a ciência antiga desenvolveu cálculos astronômicos chegando a uma exatidão surpreendente. “Tal como os anjos, os astros são inteligências separadas, os mensageiros do divino amor” (LENOBLE, 1990: 214), estando, portanto, entre Deus e os seres humanos, tutelando suas vidas como os anjos.

No mundo terreno do “aproximadamente”, o tempo também não era medido com precisão, em uma sociedade de camponeses, como observa Febvre, quando não se dispunha do ressoar do sino, as horas eram verificadas pelo movimento do sol, pelo canto das aves, ou por outros fenômenos naturais. Esses fenômenos também regulavam o tempo cíclico das estações do ano que determinavam as atividades agrícolas, o tempo das festas e a vida cotidiana. O tempo histórico também se confundia com o tempo mítico, num mundo povoado de heróis e personagens fantásticos.

O cristianismo rompeu com a noção de *Ano Grande* da Antiguidade onde a cada 7000 ou até 36000 anos, os astros retornariam às mesmas posições, voltando também a história humana a mesma fase. O nascimento de Cristo se constituiu em um marco de referência histórica e “para os cristãos, como para os judeus, o tempo tem um fim, um ‘telos’ ” (LE GOFF, 1980: 46), que se consagrava na busca da salvação, já que esta era uma vida em

um mundo transitório, ao qual se devia renunciar. Jacques Le Goff considera, assim, que o cristianismo medieval liquidou com o mito do eterno retorno e uma concepção cíclica da história, mas se constituiu, no entanto, em um obstáculo a idéia de progresso, pois condenava o progresso material e “toda ambição terrestre, todo esforço para mudar a ordem pretendida por Deus” (LE GOFF, 1980: 42).

No transcurso da Idade Média, este autor identifica o “conflito entre o tempo da Igreja e o tempo dos mercadores, (...) como um dos acontecimentos maiores da história mental destes séculos, durante os quais se elabora a ideologia do mundo moderno, sob pressão da alteração de estruturas e práticas econômicas” (LE GOFF, 1980: 45). Para os mercadores, a medida do tempo é medida do seu próprio lucro, pois necessita desta informação para saber a duração de suas viagens comerciais, do trabalho artesanal ou do operário, para verificar as variações de preço e para auferir os juros cobrados pelo dinheiro emprestado. Para a Igreja, no início do período, o usuário vende um tempo que pertence a todas as criaturas, um tempo que é de Deus, mas o próprio tempo é a medida para que essas concepções sejam relaxadas gradativamente, na aceitação das atividades dos mercadores. Os sinos, que avisavam, nos conventos, as horas dos ofícios religiosos, acabaram por se transformar em referência para a marcação de tempo, evoluindo, mais tarde, para o relógio público, responsável pela delimitação da jornada dos trabalhadores urbanos.

Não foi apenas para a transformação da noção de tempo que expansão do capitalismo comercial contribuiu no final da Idade Média: o século XVI vai se notabilizar por grandes mudanças históricas presentes no Renascimento literário e artístico, na Reforma Protestante, nas grandes navegações, na formação do Estado moderno, etc. Como assinala Lenoble (1990), o mundo da unidade cristã da Idade Média ruiu com essas mudanças, seja pela cisão provocada pela Reforma, ou pelo início da concepção de projetos nacionais; seja pelas críticas à escolástica e ao aristotelismo, ou ainda, pela descoberta de uma grande diversidade de povos e civilizações, com costumes e visões muito diferentes das contidas no reduzido mundo europeu até então conhecido.

A concepção da natureza não podia mais ser ordenada de forma vertical em direção a Deus, cedendo lugar a uma concepção mais horizontal, capaz de melhor abarcar a diversidade que caracteriza o novo momento. Católicos e protestantes desenvolveram filosofias diferentes da natureza. Os últimos consideram-na “simultaneamente inimiga da graça e serva cômoda das nossas necessidades temporais” (LENOBLE, 1990: 242), possibilitando tanto uma visão antropocêntrica e utilitarista da natureza, como melhor se preparando para a concepção mecanicista da ciência do século XVII.

O Renascimento desata as velhas verdades copiadas e recopiadas da Antigüidade, conservadas como doutrina pela Igreja. A natureza não se apresenta mais como ordenada por Deus para os fins predeterminados da salvação. Ela se abre a curiosidade humana, que se aventura em estudá-la, mas encontram dificuldades em ordená-la: o século XVI conhece “*um interregno da lei*”, na expressão de Lenoble. Mais do que pensar a natureza, como cientistas, os homens do Renascimento amaram-na como poetas e é nas artes que está a grande força daquele século. As concepções de natureza que resgatam da Antigüidade retomam noções vitalistas e animistas da Alma do mundo de Platão, presentes na idéia de Giordano Bruno de que “o mundo tem apenas uma alma, que vegeta nas plantas, sente nos animais e raciocina no homem” (LENOBLE, 1990: 244), ou de Campanella, para quem a Terra é vista como um imenso ser vivo.

Esta retomada, considerada como um “retrocesso”, pois conforme destaca Sérgio Buarque de Holanda, envolveu “estudos tais como os da Retórica, da Magia, da Astrologia, da Alquimia, que, na sua maior parte, julgamos hoje anti-científicos e ineficazes” (HOLANDA, 1959: 4), dentro da perspectiva cartesiana da ciência que se desenvolveria no século seguinte.

Só a obstinada ilusão de que a capacidade de apreender o real se desenvolveu até os nossos dias numa progressão constante e retilínea pode fazer-nos esquecer que semelhante 'retrocesso' não se deu apenas na arte (...), nossa noção da realidade só pôde ser obtida em muitos casos por vias tortuosas, ou mesmo por escamoteações, ainda que transitórias, do real e do concreto (Idem).

Foram as “induições audaciosas e as delirantes imaginações”, ou a “a imaginação científica” do Renascimento, como bem a definiu Angela Mendes de Almeida (1989), que abriram espaço a Revolução Científica do século XVII. É essa imaginação que impõe uma nova postura ativa da ciência: “não se escuta, interroga-se e é forçoso que a Natureza, responda” (LENOBLE, 1990: 262). Ou como bem define Koyré a concepção de Descartes, trata-se

da possibilidade de fazer a teoria penetrar a acção, isto é, a possibilidade da conversão da inteligência teórica em real, da possibilidade, a um tempo, de uma *tecnologia* e de uma *física*. É na “conversão da teoria em prática que Descartes espera os progressos que tornarão o homem “senhor e dono da natureza” (KOYRÉ, 1982: 66/67).

Se é Galileu o responsável pela superação do abismo entre o mundo celeste e nosso mundo sublunar, se constituindo num marco da Revolução Científica, foi, no entanto, Descartes, quem melhor formulou as suas concepções mecanicistas. A natureza identificada como uma máquina, não é interrogada mais sobre suas finalidades, mas é investigada para se descobrir como funciona, e a matemática é a chave para desvendar esse segredo do Engenheiro Divino.

Aceita-se que a Natureza tenha os seus mecanismos e as suas leis próprias, sem qualquer relação com os nossos desejos afectivos; é preciso que ela se torne plenamente autônoma, ‘outra’, para que possamos possuir, e até subjugar esta alteridade capaz, no futuro, de nos enriquecer pela novidade (LENOBLE, 1990: 262).

O mecanicismo de Bacon e Descartes tem sua grande síntese nas leis de Newton que consagram a racionalidade cartesiana como método científico. A idéia de uma natureza mecanizada se estende aos animais e plantas vistos como autômatos:

os bichos não sabem o que sentem ‘de forma que se pode dizer que não agem, mas que são agitados, e que os objectos fazem tal impressão nos seus sentidos que lhes é necessário segui-la como as rodas de um relógio seguem os pesos ou mola que os faz andar. (...) Talvez nunca na história, o homem e a natureza tenham separado tão radicalmente seus destinos (Idem, 274/275).

A teologia protestante e depois também a católica já não têm necessidade da natureza, da primitiva Mãe protetora, ela se transforma em ferramenta, em matéria prima a ser apropriada pela enorme capacidade técnica humana. Uma das formas de se apropriar do mundo natural é conhecer seus vários componentes (minerais, vegetais e animais), dar-lhes um nome, classificá-los e ordená-los segundo a própria concepção que faziam da natureza. Essas classificações, que datam desde a Antigüidade, sofreram novo impulso com o Renascimento, mas Keith Thomas considera que até o século XVIII, eram “menos com base em (...) qualidades intrínsecas [dos seres vivos] que na sua relação com o homem” (THOMAS, 1988: 63). As plantas podiam ser classificadas, a partir de seu uso humano, em “ervas de vaso; ervas medicinais; cereais; legumes; flores; capim e ervas daninhas” (Idem). E os animais na mesma perspectiva: “comestíveis e não-comestíveis; ferozes e mansos; úteis e inúteis” (Ibidem, 64), ou ainda segundo outros conceitos, como a beleza física, ou atributos morais ou sociais com que eram identificados.

Só em 1735, o sueco Lineu desenvolveu a nomenclatura binária para classificação de plantas e animais, resumida e cristalizada na edição de 1758 de sua obra *Systema Naturae*. (VANZOLINI, 1996). Seu sistema estava baseado na estrutura de órgãos florais e na anatomia dos animais. Apesar de ainda marcada por analogias com o mundo humano, como a divisão da natureza em “reinos” e estes em “tribos” e “nações”, ele representou uma

ruptura com tentativas anteriores de classificação e, embora constantemente reorganizado, sua estrutura básica se conserve como referência até os dias de hoje.

A primeira metade do século XVIII foi herdeira das concepções vindas da revolução mecanicista do século anterior e a natureza sem alma, cada vez mais separada do homem, se desdobrava em fenômenos independentes, ligados por leis mecânicas, reduzidas por Newton a fórmulas. O ser humano, inicialmente visto como “lugar-tenente de Deus na administração do mundo, (...) consegue dominar tão bem a Natureza que se interroga sobre a razão de referir a um senhor o trabalho das suas mãos e da sua razão. Gerente do mundo, ele pretende transformar sua gerência numa tomada de posse em seu próprio nome” (LENOBLE, 1990: 282). Esse poder o assusta, se sente só num universo que apenas começa a desvendar. Ao desvalorizar a natureza, o ser humano exalta a si mesmo, reafirma a sua condição de grupo social: “mais que em qualquer outra época, o homem do século XVIII sentiu-se o filho da sociedade” (Idem, 290/291).

Esta sociedade setecentista ainda guarda os traços políticos do passado feudal, mantidos pelo absolutismo, contra o qual se voltam as idéias iluministas de Locke, de Voltaire, de Montesquieu e dos enciclopedistas. A própria concepção de natureza, antes hierarquizada na Idade Média, era agora percebida como composta por fenômenos equivalentes, e servia de base para formular sua crítica política. “A autoridade do Sol e do Primeiro Móvil deixam de garantir as do Rei, do Imperador ou do Papa” (Ibidem, 294). O racionalismo, desenvolvido no século anterior, se volta contra os privilégios da nobreza e da Igreja, desenvolvendo as idéias liberais que vão desembocar na Revolução Francesa.

Essa ordem social injusta era, para Rousseau, a expressão da civilização que degenera as exigências morais mais profundas da natureza humana, sendo substituída por uma cultura intelectual, que muitas vezes, apenas esconde a vaidade e o orgulho. O homem primitivo, ao contrário, mais próximo do estado de natureza, está melhor capacitado para viver de acordo com suas necessidades inatas. Com o “mito do bom selvagem”, Rousseau não pretende uma volta ao seu “estado primitivo”, mas busca um melhor conhecimento humano através dos sentimentos, numa crítica às convenções da razão civilizada, em direção a uma integração mística com a natureza e com a própria interioridade pessoal.

Rousseau é certamente a expressão mais viva da reação ao modelo mecanicista a que havia sido reduzida não só a natureza, mas também o próprio ser humano, resgatando um sentimento de afetividade perdido com a sua transformação em objeto da ciência e em ferramenta da técnica. Longe de ser uma voz isolada, ele representa uma nova tendência que já se manifesta no do final do século XVIII, de volta a natureza e de rejeição ao mundo civilizado urbano. A identidade que se formou a partir do Renascimento, entre as cidades, como expressão da civilização, em contraposição ao campo e ao mundo natural, como espaços da rudeza e da rusticidade, cediam lugar, com a deterioração do ambiente urbano, a uma nova avaliação da natureza e das relações humanas com as plantas, animais e toda a paisagem natural (THOMAS, 1988). Esta nova postura, que vai se consolidar no século XIX, remete esse artigo para a discussão da segunda questão proposta na sua introdução: o processo de urbanização da sociedade ocidental e a relação campo-cidade.

3. A relação campo-cidade no Ocidente

A socióloga Maria Isaura Pereira de Queiroz define três tipos sociedades globais no que se refere às relações campo-cidade:

- 1º) sociedades internamente indiferenciadas no que diz respeito ao rural e ao urbano, constituídas pelas sociedades tribais; 2º) sociedades internamente diferenciadas em meio rural e urbano, nas quais o meio rural é o produtor principal de riqueza, e que chamamos de sociedades agrárias; 3º) sociedades internamente diferenciadas em meio

rural e urbano, nas quais o meio urbano, através da industrialização, é o principal produtor de riqueza, e que chamamos de sociedades industriais (QUEIROZ, 1978: 27).

Angela Mendes de Almeida, partindo do texto de Marx, *Formações econômicas pré-capitalistas*, considera que “às cidades da Antigüidade corresponde a ‘ruralização da cidade’, ou seja, cidades cuja base material produtiva está na produção agrária” (ALMEIDA, 1989: 5), se enquadrando, portanto, no segundo tipo citado anteriormente. Era do trabalho dos escravos desenvolvido nos campos, que se originava a base material que permitia toda vida intelectual e artística dos senhores e demais “cidadãos”, que viviam nas cidades da Antigüidade greco-romana. Estes “agregados urbanos de proprietários de terra”, nas palavras de Marx, apresentavam um contraste entre a sua vitalidade cultural e intelectual e um embrutecimento do trabalho manual. “Daí, também, não haver palavra para expressar o ‘trabalho’, que era considerado aviltante, coisa para seres desprovidos de inteligência como os escravos, os últimos, dentre os humanos, na escala hierárquica da cosmologia aristotélica” (ALMEIDA, 1996a: 3). Essa visão contribuiu para que os grandes pensadores gregos, conforme assinala Koyré, desenvolvessem uma física voltada para o mundo perfeito dos astros, mas distante da sua aplicação no mundo sublunar dos homens.

Weber também identifica na Antigüidade as chamadas “cidades agrárias”, onde o cidadão completo era o “cidadão lavrador”, ao contrário do habitante moderno das cidades, “que não cobre suas próprias necessidades com o cultivo próprio” (WEBER, 1987: 74). Esta “cidade agrária” ele identifica também na Idade Média onde a grande maioria, ou quase totalidade da população se dedica ao cultivo da terra. Mas são as chamadas “cidades-fortalezas”, que talvez melhor caracterizem a primeira fase do período, embora esse tipo de aglomerado, de nítidas feições militares, não seja uma exclusividade da Europa feudal, pois está presente em várias outras civilizações e épocas.

O terceiro tipo de Maria Isaura Pereira de Queiroz, apresentado anteriormente, correspondendo ao que Weber denomina de “comunidade urbana, no sentido pleno da palavra”, é para este “um fenômeno extenso unicamente no Ocidente” (Idem, 82). Esse fenômeno seria resultado de dois processos simultâneos característicos das transformações pelas quais passaram os burgos da Idade Média: a constituição do mercado e da autoridade político-administrativa.

A formação dos mercados, em primeiro lugar, se relaciona com a divisão do trabalho, ou seja, pressupõe que haja produtores que oferecem determinadas mercadorias a consumidores, que não as produzem. Supõe também a constituição de “uma especialização permanente da produção econômica”, onde haja o desenvolvimento de atividades agrícolas, comerciais e industriais e estabelecimento de um intercâmbio constante entre elas. Para além deste mercado de produtos, Marx acrescenta o surgimento também de um mercado de trabalho, ou seja, a constituição de uma classe de produtores que desprovida dos meios de produção, que ingressa no mercado oferecendo sua mão-de-obra.

Essa nova classe de trabalhadores livres, formada a partir da dissolução dos laços feudais, se dirige ou é expulsa para a cidade, os burgos “livres”. A existência de uma autoridade político-administrativa assegurava a esses burgos a sua autonomia frente o eventual arbítrio de poderosos locais ou monarcas despóticos, como ocorria na Antigüidade ou no Oriente. A fragmentação do poder no feudalismo possibilitou, assim, a administração autônoma dos burgos e a acumulação de capital na mão dos burgueses, que passaram, cada vez mais, a necessitar de trabalhadores livres.

Na Idade Média, se desenvolve, assim, o que Marx chamou da “urbanização do campo” a partir do processo de “oposição entre a cidade e o campo”. A formação de uma economia de mercado de bases monetárias impulsionou a demanda de nobres por dinheiro e a mudança gradativa da corvêia, pelo pagamento em serviço e mesmo em dinheiro por parte de seus servos. Essas mudanças alteraram profundamente o feudalismo levando à sua “crise geral”

no século XIV, “com a suas seqüelas de guerras camponesas, da peste e da baixa do preço dos cereais” (ALMEIDA, 1996b: 4).

No século XV, o Mediterrâneo, em particular a Itália, concentra a riqueza e as principais cidades européias, que se constituíam em centros de ligação entre o Norte e o Sul do continente, bem como, com o Oriente. Possuíam mais de cem mil habitantes: Nápoles, Veneza, Milão, Constantinopla e também Paris¹. Em direção ao norte, as cidades e o comércio eram mais esparsos, sendo controlados pela Liga Hanseática, uma poderosa associação mercantil com atividades em diversas cidades da Europa Setentrional. As antigas feiras periódicas, com a regularização do comércio, foram substituídas por mercados e bolsas de valores permanentes. Antuérpia é um exemplo desses novos tempos, com sua população dobrando entre o final do século XV e a metade do seguinte.

Nas cidades daquele período, se formaram as corporações de ofício, associações de artesãos, que regulavam a produção, sua qualidade e seus preços. Cada profissão estava submetida a uma hierarquia de funções, na qual os artífices estavam divididos em mestres, jornaleiros ou oficiais e aprendizes. A importância das corporações está para além da organização da atividade artesanal, na própria administração dos burgos durante os últimos séculos do período medieval. De meados do século XVI ao século XVIII, a produção artesanal é substituída pelo que Marx chama do “período manufatureiro”, onde trabalhadores de diferentes ofícios são reunidos numa oficina, sob o comando de um mesmo capitalista. A divisão manufatureira do trabalho representa a concentração dos meios de produção em mãos de um único proprietário e também a concentração maior de trabalhadores nas cidades. O eixo industrial concentrado no século XVI na faixa central da Europa, se expande em 1700, em direção à Inglaterra e a Holanda de um lado, e de outro, para o Baixo Reno até a Saxônia, Boêmia e Silésia.

O comércio internacional com as colônias na Ásia e América também contribuiu para o crescimento de várias cidades. Em 1700, o número delas com mais de cem mil habitantes havia triplicado na Europa em relação ao início do século XVI, destacando-se Londres, Paris e Constantinopla, com mais de meio milhão de pessoas. A Revolução Industrial vai dar novo impulso à urbanização, fazendo com que entre 1700 e 1850, a população urbana da Grã-Bretanha saltasse de 25% para mais de 50%. O cercamento das terras comunais, a partir de 1750, como também, a apropriação das terras dos camponeses, a serem usadas na criação de ovelhas pelos landlords, impulsionada pela demanda crescente das indústrias, certamente foi o grande motor desse processo de crescimento das cidades.

A industrialização e a urbanização reuniram na cidade grandes massas operárias submetidas a condições de vida e trabalho insalubres, que incluíam jornadas de até 16 horas mesmo para crianças. A concentração de fábricas em cidades como Londres, também gerou os primeiros sinais de poluição industrial. “O carvão queimado em começos do período moderno continha o dobro do enxofre do produto usado hoje; seus efeitos eram proporcionalmente letais. A fumaça escurecia o ar, sujava as roupas, acabava com cortinas, matava flores e árvores, e corroía a estrutura dos prédios” (THOMAS, 1988: 291). A poluição de diversas indústrias lançava gases no ar e envenenava o Tâmis, provocando os primeiros debates e leis ambientais já no século XVII.

“‘Imersos em fumaça, aturdidos com perpétuo barulho’, não surpreende que os habitantes urbanos viessem a ansiar pelas delícias imaginadas da vida rural” (Idem, 292). Essa idealização da vida no campo, nostalgia muitas vezes de uma infância bucólica, surge numa Inglaterra, onde a paisagem natural já havia sido quase completamente substituída por áreas de cultura, onde grande parte das matas ainda restantes eram manejadas por muitos séculos, ou resultavam de reflorestamentos e muitas espécies selvagens consideradas nocivas, como os lobos, já haviam desaparecidos. Frente ao mundo urbano degradado e a uma paisagem rural totalmente “domesticada”, os ingleses voltam suas preocupações para

a natureza, realizando desde iniciativas de preservação de espécies e ambientes naturais, até os primeiros passos do que hoje podemos chamar de “turismo ecológico”.

Se já no final do século XVIII, se observava na Inglaterra, o aparecimento de uma nova “consciência ambiental”, ou pelo menos uma mudança da posição antropocêntrica na relação com o mundo natural daquele país, o que acontecia do lado de cá do Atlântico? No Brasil, ainda amplamente coberto de florestas e de vegetação nativa, a colonização europeia apresentava as mesmas preocupações? Certamente que não, mesmo talvez entre alguns naturalistas ingleses que aqui estiveram a partir do início do século XIX. O Brasil daquele período era muito diferente da Inglaterra, basta dizer que em toda a Província de Minas, uma das áreas mais urbanizadas do Brasil, então com cerca de 500 mil pessoas (SAINT-HILAIRE, 1975a)², a população mal alcançava metade do número de habitantes de Londres. Sem dúvida, as cidades brasileiras não só eram menores como tiveram uma história diferente dos centros urbanos europeus e, da mesma forma, o campo e a paisagem natural de então apresentavam diferenças muito maiores com a realidade do Velho Mundo do que no momento atual.

4. História das cidades brasileiras e mineiras no período colonial

Maria Isaura Pereira de Queiroz e Fernando Henrique Cardoso apontam que as cidades latino-americanas do período colonial se constituíram em cidades administrativas. A exceção de algumas cidades-fortaleza e feitorias do litoral atlântico, esses primeiros aglomerados se configuravam como cidades de funcionários. Estamos longe do modelo de Weber, onde a constituição do mercado e da autoridade político-administrativa são a marca das cidades. Nessa parte da América, não se pode falar de cidades que funcionassem como os centros mercantis do Mediterrâneo, ou as feiras da Europa, apresentadas acima. Sérgio Buarque de Holanda mostra que nem sequer tínhamos uma “burguesia urbana” e os poucos comerciantes das nossas cidades estavam distantes do poder, monopolizado pelos senhores de terra. Esses poucos necessitavam das vilas ou cidades para a compra de grande parte do que consumiam, pois se produzia de quase tudo em seus domínios e sítios vizinhos, demandando apenas certos artigos reservados ao exclusivo comércio com a metrópole.

As cidades ibero-americanas também estavam longe de possuir uma autonomia local: “funcionavam antes como peças ajustadas do Sistema Imperial nas Colônias do que como núcleo de soberania e representação própria. (...) Era à Coroa que as ‘leais câmaras’ suplicavam e dela emanavam o poder e a autoridade de que as juntas e câmaras se revestiam” (CARDOSO, 1972: 39).

Se havia esses traços comuns entre as cidades da América espanhola e portuguesa, os dois projetos coloniais apresentavam também muitas diferenças que repercutiam na forma como constituíram seus primeiros núcleos urbanos. Sérgio Buarque de Holanda mostra que:

o próprio traçado dos centros urbanos na América Espanhola denuncia o esforço determinado de vencer e rectificar a fantasia caprichosa da paisagem agreste: é um acto definido da vontade humana. As ruas não se deixam modelar pela sinuosidade e pelas asperezas do solo; impõem-lhe antes o acento voluntario da linha recta. (...) No Brasil, comquanto não tenha sido desconhecido o schema quadrangular - no próprio Rio de Janeiro elle surge em esboço -, o certo é que jamais alcançou tal uniformidade, e o desenvolvimento ulterior dos centros urbanos esqueceu essa direcção inicial, para obedecer antes ás exigencias topographicas. (...) Assim, a cidade que os portugueses construíram na América não é producto mental, não chega a contradizer o quadro da natureza, e sua silhueta confunde-se com a linha da paisagem (HOLANDA, 1936: 61/62)³.

Este autor aponta também que, enquanto os espanhóis buscavam as terras do interior e do planalto para instalar seus centros de povoação, inclusive por seu clima mais “europeu”, a

Coroa portuguesa criava dificuldades e limitava a ocupação à faixa litorânea. Para os primeiros, interessados em “lavar e cultivar a terra”, o interior se mostrava mais interessante do que o litoral, ameaçado pelos corsários e os maus costumes, preocupação de quem pretende uma ocupação mais efetiva do território. O português, ao contrário, estava “ocupado quasi só em retirar da terra conquistada grandes benefícios, sem grandes sacrifícios. Dir-se-ia que a colônia é simples lugar de passagem para o governo como para os subditos” (HOLANDA, 1936: 67).

Esta postura também pode se justificar, no primeiro momento da colonização, pelo maior interesse de Portugal na conquista da Ásia e da África, que assim, “não podia desperdiçar homens, devendo reduzir ao mínimo o aparato governamental e burocrático que representaria a metrópole na colônia” (QUEIROZ, 1978: 38). Daí a explicação pelo uso das capitânias hereditárias e de feitorias, como forma de assegurar minimamente a posse do território a ser posteriormente melhor explorado. O mesmo pode se alegar no que se refere ao que Sérgio Buarque de Holanda chamou de “administração mais liberal” do primeiro século da colonização, interrompida exatamente pelo período do domínio espanhol sobre Portugal.

Maria Isaura Pereira de Queiroz assinala que uma outra distinção na administração colonial dos dois países se dá a partir da própria diferença da população nativa encontrada em suas colônias americanas. Enquanto os espanhóis se depararam no México e nos Andes com civilizações complexas, os lusitanos se defrontaram com uma população dispersa, composta de inúmeros povos indígenas, organizada em pequenos grupos nômades, que desconheciam as cidades. “Substituíram assim os espanhóis a camada dominante anteriormente existente, conservaram a estratificação e as estruturas sócio-econômicas, e conseguiram dominar uma população muito densa, que já estava habituada a governos centralizados e autoritários” (QUEIROZ, 1978: 37). A cidade peruana de Cuzco mostra bem o exemplo desta estratégia, pois sendo sede do poder do Império Inca, foi transformada em cidade administrativa espanhola no interior daquele país, havendo inclusive a construção de uma igreja católica sobre os escombros de antigo templo inca destruído pelos colonizadores.

Os espanhóis não só conquistaram as antigas cidades como fundaram outras, onde moravam e controlavam as minas, bem como, toda a população rural formada por indígenas. Assim, se construiu, nas relações entre as cidades e o campo da América espanhola, o que aquela socióloga chamou de “uma dualidade em oposição, numa dialética da polarização: a cidade civilizada e branca irreduzível ao campo aborígine, de cultura nativa; antinômicos, havia entre ambos uma posição de dominador-dominado” (Idem, 37/38).

No Brasil, ao contrário, mais do que conquistar tratava-se também de ocupar um imenso território principalmente, como foi visto, o seu litoral, não sendo assim, tão importantes as cidades, que deveriam cumprir a função de assegurar os direitos da Coroa sobre a Colônia. Assim, como compara Sérgio Buarque de Holanda, os núcleos urbanos coloniais se assemelhavam mais às “cidades agrárias” da Antigüidade do que com os burgos do final da Idade Média, pois eram dominadas pelos senhores rurais, “os únicos verdadeiros ‘cidadãos’ na colônia” (HOLANDA, 1936: 51). Estes preferiam habitar suas fazendas do que as suas moradias urbanas esvaziando as cidades, para onde se dirigiam apenas nos períodos de festas, como revelam diversos depoimentos de cronistas do período. Desta forma, este autor destaca “a pujança dos domínios ruraes, comparada á mesquinhez urbana, representa um phenomeno que se installou aqui com os colonos portugueses, desde que se fixaram á terra” (Idem, 54). Ele chega considerar que havia uma dependência das cidades com relação aos “domínios ruraes” que se estende também até o Império.

Maria Isaura Pereira de Queiroz concorda com essa predominância sócio-econômica do mundo rural no Brasil Colônia, mas não trabalha como Buarque de Holanda com uma visão

polarizada da sociedade em termos de senhores e escravos. Ela aponta o “fato de não se desenvolver na colônia luso-brasileira uma dualidade marcante campo-cidade, concentrando-se a vida sócio-econômica nas **propriedades grandes, médias e pequenas**” (QUEIROZ, 1978: 39 - grifos meus). Para esta socióloga, o tratamento mais flexível dado pelos portugueses às relações étnicas, favoreceu o surgimento de uma “camada livre intermediária entre senhores e cativos” (Idem), formada de mestiços e mulatos, que tanto se constituíram em feitores nas fazendas, ou desenvolveram certos ofícios urbanos, como puderam se tornar, acrescento eu, lavradores livres e muitas vezes, independentes das comunidades ou “bairros rurais”.

Ela mostra que mais do que contato com os centros urbanos, essa sociedade rural estava afeita aos contatos internos, seja entre “as famílias de camadas diversas” no interior da grande propriedade rural, seja entre “famílias de camadas homogêneas” em torno das capelas dos bairros rurais. “Nos momentos de concentração nas vilas, fazendeiros e lavradores estabeleciam contatos com gente de seu próprio nível; e os sitiantes dos bairros rurais tomavam conhecimento da variedade de camadas sociais, da variedade de bairros rurais que compunham o universo sócio-econômico de sua região” (Ibidem).

Fernando Henrique Cardoso, baseado na interpretação de Richard Morse, critica o que considera uma visão simplista da constatação do “predomínio rural”. Ele considera que:

por um lado a cidade colonial era um centro de intercâmbio entre produtores agrários, os produtores de vilas menores e o Reino; por outro era ‘um elemento fixador de hierarquias’ que organizava, patrimonialmente, as relações entre os postos de avançada do Império, as aldeias satélites e os povoados indígenas tributários (CARDOSO, 1972: 39)

Sem dúvida, é preciso buscar maior complexidade na análise do papel desempenhado pelas cidades para além da análise entre suas relações com os senhores de engenho do Nordeste no período colonial, ou com os fazendeiros de café do Império. Para além das regiões mais dinâmicas da nossa economia agro-exportadora, as cidades teriam, ao longo de todo o período, sido apenas cidades de uns poucos comerciantes e artesãos, povoadas sobretudo por funcionários civis, militares e eclesiásticos representando os interesses da Coroa? Fernando Henrique Cardoso aponta diferenças regionais importantes nesse aspecto ao considerar que nas regiões mais pobres e menos dinâmicas, como “o sul do Brasil, de São Paulo às indeterminadas fronteiras como no mundo hispano americano, as câmaras contavam como fonte de poder” (Idem, 38/39).

Por outro lado, em concordância com Sérgio Buarque de Holanda, observa que nas áreas de mineração, a presença do Estado Português nada tinha da postura “liberal” apresentada anteriormente. Este realizou “ferozes obstruções”, na expressão do nosso famoso historiador para impedir a entrada na região da minas não só de estrangeiros, mas também, de “monges, (...) padres sem emprego, negociantes, estalajadeiros, todas as pessoas, enfim, que pudessem não ir exclusivamente a serviço da insaciável avidez da metrópole” (HOLANDA, 1936: 73). Essas medidas foram insuficientes para impedir que “durante os 60 primeiros anos do século XVIII, a corrida do ouro provoc[asse] na Metrópole a saída de aproximadamente 600.000 indivíduos, em média anual de 8 a 10 mil indivíduos” (MELLO E SOUZA, 1986: 24).

Para as Minas Gerais, também partiram moradores de São Paulo, da Bahia e do Rio de Janeiro, que chegou a perder dez mil habitantes só nos seis anos que se seguiram a descoberta do ouro, datada de 1696 (HOLANDA, 1977). Passados 80 anos, já com a mineração em declínio, a população somava 319.769 almas, sendo formada por 52% de negros, 26% de pardos e 22% de brancos e contando com uma maioria masculina (62%). Ela estava distribuída pelas 4 comarcas, 9 vilas (Mariana, Vila Rica, Sabará, Vila Nova da Rainha, Pitangui, São João del Rei, São José, Vila do Príncipe e Minas Novas)⁴ e 59 paróquias que compunham a capitania (ROCHA, 1995).

Esses núcleos populacionais estavam, em sua maioria, concentrados na porção sudeste das Minas Gerais em uma região relativamente restrita se compararmos com vastidão do seu território atual. Sua formação se deu pela constituição de

arraiais em torno de capelas, onde igualmente se fixava o comércio. Estes arraiais não obedeciam a uma prévia escolha do local, mas ao acaso da comodidade de seus objetivos, que eram os negócios ao alcance das minerações. Como, em geral, estas ocupavam o fundo dos vales, onde se encontrava a água, próximo à qual se concediam as respectivas datas, fincavam-se os esteios das capelas, cruzeiros, ou vendas, nos pontos altos vizinhos que fossem realengos, isto é, que, por não terem sido dados em concessão, continuavam na posse do Rei (LIMA JÚNIOR, 1978: 75).

Nos primeiros tempos, faltava à região das Minas, condições que assegurassem uma mínima organização social para o contingente humano atraído pela exploração aurífera, prevalecendo a criminalidade e a violência. Conforme relato do jesuíta toscano André João Antonil (João Antônio Andreoni, S.J.), no início do século XVIII, não havia “coaço ou governo algum bem ordenado, e apenas se guardam algumas leis, que pertencem às datas e repartições dos ribeiros. No mais, não há ministros nem justiças que tratem ou possam tratar do castigo dos crimes, que não são poucos, principalmente dos homicídios e furtos” (ANTONIL, 1976: 168). Só com o correr dos anos e com o aumento do interesse da Metrópole pela região, que foi se instalando um aparato burocrático destinado a administrar a justiça, cobrar impostos e garantir a ordem. Este aparato foi muito superior ao até então instalado no Brasil e criou aí uma vigilância destinada a obter o máximo de frutos para a Coroa, chegando mesmo a praticamente isolar o Distrito Diamantino para impedir o contrabando das riquezas. Esse corpo burocrático, sem dúvida, contribuiu para o aumento da população das cidades e para a formação de uma sociedade de características urbanas em relação a outras regiões da colônia.

Nos primórdios da mineração, também houve problemas no abastecimento dos aglomerados que se formavam, de acordo nos revela o conhecido trecho de Antonil: “padeceram ao princípio os mineiros por falta de mantimentos, achando-se não poucos mortos, com uma espiga de milho na mão, sem terem outro sustento” (Idem, 169). Não tardou a se estruturar um comércio na região não só de alimentos e outros produtos da própria colônia, como também de Portugal e mesmo da França, incentivado, pelo menos em um primeiro momento, pelos altos preços em ouro que vigoravam em Minas.

Naquelas cidades, se constituiu, para além da atividade mineradora, uma rica variedade de ocupações, que ilustram o ambiente urbano particular que aí se configurou.

Em meados do século [XVIII] o negócio dos metais e das gemas preciosas não ocuparia senão o têrço, ou bem menos, da população, segundo os cálculos mais generosos (...). O grosso dessa gente compõe-se de mercadores de tenda aberta, oficiais dos mais variados ofícios⁵, boticários, prestamistas, estalajadeiros, taberneiros, advogados, médicos, cirurgiões-barbeiros, burocratas, clérigos, mestre-escolas, tropeiros, soldados da milícia paga ou, desde 1766, do corpo auxiliar (...) (HOLANDA, 1977: 289).

Essa sociedade, Sérgio Buarque de Holanda considerou como “*sui generis*” com a presença de “elementos de várias procedências e de todos os estratos”, que realizaram uma ocupação territorial democrática em relação a outras regiões da colônia e “muito mais sem dúvida, do que a das áreas açucareiras” (Idem, 282). Laura de Mello e Souza concorda que tenha havido “baixos níveis de renda distribuídos de uma maneira menos desigual (...)” e destaca que ela se deu “pela falta - quase ausência - do grande capital e pelo seu baixo poder de concentração”, ou seja, “um maior número de pessoas dividiam a pobreza” (MELLO E SOUZA, 1986: 29).

Certamente, mais do que em outras partes da América lusitana, a camada intermediária formada por mulatos e mestiços livres e pobres, apontada por Maria Isaura Pereira de Queiroz, teve na região das Minas uma presença significativa. Essa população se dedicava àquelas ocupações urbanas de menor expressão social, ao garimpo, especialmente em

suas práticas clandestinas, como a todo um conjunto de atividades rurais, que veremos adiante.

Não se pode tomar, no entanto, aquela sociedade como se fosse o reino da igualdade. Em primeiro lugar, por se tratar de uma empresa mineradora, que não se movia através de máquinas, mas através da força física dos escravos negros, principal investimento necessário aos que desejavam se “aventurar” nessa atividade. Os negros em Minas tinham, muitas vezes, condições de trabalho duras, expostos ao mesmo tempo ao sol quente e a água fria no serviço do garimpo, no entanto, eram melhores do que as dos escravos das áreas de produção agrícola. Nas cidades mineiras, chegaram a constituir irmandades próprias, associações religiosas formadas apenas por negros, onde realizavam um tipo de sincretismo diferente do baiano, que se manifestava em festas dedicadas aos seus santos, como São Benedito e Nossa Senhora do Rosário. Formavam áreas próprias na periferia das cidades, pois muitos conseguiam a liberdade pela fuga e, principalmente, através da compra ou obtenção da sua alforria, devido às dificuldades de seus senhores de assegurarem sua subsistência, com a crise da mineração.

O número de escravos serviu para o cálculo de impostos e, em geral, as melhores concessões foram dadas aos que possuíam mais cativos. Esses acumularam maiores riquezas e demonstravam sua condição social e poder através do luxo e da ostentação do período áureo da mineração. Faz parte dessa camada social, a “aristocracia espiritual” a que se refere Buarque de Holanda (1977), formada pelos intelectuais e artistas, alguns dos quais tiveram a oportunidade de estudar em Coimbra, se destacando essa capitania entre as do Brasil, em meados do período setecentista, no número de candidatos para lá enviados.

Sem dúvida, Minas viveu junto com o apogeu do ouro, um período de intensas manifestações artísticas e intelectuais de diferentes áreas, que contribuiu para que, nas suas cidades, surgisse talvez o mais importante movimento de emancipação do Brasil, fruto da própria decadência da mineração que havia engendrado aquela intelectualidade. Esse, ao contrário dos conflitos dos primeiros momentos da capitania, ou das sublevações ocorridas antes no sertão de Minas, era um movimento de características urbanas, organizado por cidadãos cultos, alguns dos quais apoiados em idéias liberais, então em voga na Europa e em outros países da América.

5. Campo e sertão nas Minas Gerais do século XVIII

Se esse caráter urbano dava à sociedade mineira setecentista um traço peculiar, ele não abarcava o seu conjunto, as cidades se articulavam com todo um mundo rural também com algumas características próprias. Em primeiro lugar, a atividade garimpeira não se incompatibiliza de todo com a agricultura, pois, no período das chuvas quando esta é mais praticada, aquela se acha muitas vezes dificultada pela cheia dos rios e córregos de onde eram extraídos o ouro e as pedras preciosas. Particularmente depois do declínio desta atividade, muitos senhores utilizavam seus escravos para agricultura e a mineração, havendo inclusive aqueles que, além dessas rendas, ainda possuíam funções civis, militares e eclesiásticas remuneradas.

Após os primeiros tempos de maiores dificuldades, se desenvolveram, nos arredores das cidades mineradoras, lavouras de milho, mandioca, feijão e arroz, bem como, a criação de suínos. Os sertões do São Francisco, de ocupação tão antiga quanto a região das minas e famosos por seus currais, asseguravam o abastecimento de carne bovina e couro. Mas é somente com a decadência da mineração que a agricultura vai se desenvolver, na capitania, como alternativa econômica, embora, muitas vezes, criticada pelos cronistas da época devido às técnicas empregadas, onde estavam ausentes o arado e os fertilizantes, se constituindo basicamente das chamadas “roças de toco”.

“Nos últimos anos do século XVIII, começaram a surgir núcleos de criação de vacas leiteiras, e o fabrico do queijo de Minas ocupou famílias inteiras” (VERGUEIRO, 1981: 55). Tiveram importância também a cultura do tabaco na área “imediatamente ao sul das terras do ouro” (HOLANDA, 1977: 291) e a do algodão no Termo de Minas Novas, produto destinado ao mercado europeu, no início do século XIX. A vinda da Corte para o Rio de Janeiro, neste período, também abriu, para as regiões de Minas mais próximas da capital, um mercado para sua produção agrícola, embora a distância e as estradas constituíssem um problema a ser enfrentado.

A agricultura e a pecuária de maior vulto eram desenvolvidas em grandes propriedades, formadas, às vezes, por várias léguas quadradas, algumas das quais chegaram a experimentar a produção de trigo ou a desenvolver engenhos, com produção destinada ao mercado regional.

Os pequenos roceiros entregavam-se às atividades de subsistência, plantando modestas roças de milho, de arroz, de feijão, de mandioca. As árvores frutíferas também se achavam presentes, assim como as hortaliças. A unidade produtora era exígua, e esses pequenos agricultores disputavam cada palmo de terra, brigando com o vizinho que, por astúcia ou por acaso, invadira uns poucos metros de sua posse com uma cerca (VERGUEIRO, 1981: 54/55).

O esgotamento progressivo do ouro e das terras impulsionou uma migração de grande parte da população, principalmente no final do século XVIII e início do seguinte, em direção às terras ainda pouco habitadas do sertão. A sociedade que aí se formou paralelamente à da região das Minas, apesar da sua proximidade, guardava nítidas diferenças. Os viajantes estrangeiros que percorreram a já então província de Minas Gerais, no início do século XIX, apontaram essa diferença: “o acolhimento, por toda parte neste sertão, não era menos hospitaleiro do que nas outras terras de Minas; porém quão diferentes nos pareceram os habitantes dessas regiões solitárias, em confronto com os sociáveis e cultos cidadãos de Vila Rica, de São João d’El Rei, etc.!” (SPIX E MARTIUS, 1981: 76). A vida urbana e a influência européia se faziam sentir naquela região, considerada pelos viajantes, como um espaço “civilizado”, e os próprios moradores das cidades também não se identificavam com as áreas mais para o interior:

O sertão é para o brasileiro o que o “far-west”, além de Ohio, é para o norte-americano. A terra incógnita é por ele imaginada através da ignorância e considerada um deserto árido e abandonado, para o qual somente iria em caso de extrema necessidade. O que de lá vem nada significa e quem lá mora não se pode considerar verdadeiramente mineiro. O verdadeiro mineiro, porém, esse sim, pertence aos primeiros povos do mundo - segundo firmemente acreditam nessa Província (BURMEISTER, 1980: 249).

Essa distância, mais sócio-cultural do que física, entre as cidades mineradoras e o sertão e a ausência de atividades econômicas consideradas potencialmente interessantes para a avidez arrecadadora da Coroa, contribuíram para uma maior autonomia daquela região.

A presença de fugitivos da justiça, de devedores da Coroa, de aventureiros e contrabandistas, de migrantes em busca de melhor sorte, de uma população formada em grande parte por mulatos e negros livres, de quilombos e de aldeias onde conviviam índios e negros, parece indicar a constituição do sertão como um espaço longe da vigilância do poder (RIBEIRO, 1997: 17).

Como observa o naturalista francês Auguste Prouvençal de Saint-Hilaire: “no sertão as autoridades não podem exercer nenhuma vigilância, as leis perdem sua força, e muita gente para aí acorre de outras partes da província, seja para escapar à perseguição da Justiça, seja simplesmente para usufruir de uma liberdade ilimitada” (SAINT-HILAIRE, 1975b: 76/77).

O modo de vida dos sertanejos, visto como “rústico”, muitas vezes, foi associado pelos viajantes europeus à sua origem mestiça, à presença de um forte contingente de mulatos e

negros livres nos pequenos povoados e sítios daquela região e à sua forma quase indígena de se relacionar com a natureza. Além das atividades agrícolas, da pecuária e mesmo da mineração, o sertanejo também se utilizava amplamente dos recursos naturais do Cerrado: caçando, pescando, coletando frutos e plantas medicinais, não apenas para o seu consumo, mas também com fins comerciais.

O sertão era assim considerado um espaço “selvagem”, habitado por “feras” e homens “rústicos”, embora desvalorizado pelos viajantes estrangeiros em relação às áreas também selvagens das florestas, devido à vegetação do Cerrado, vista como “raquítica”, “enfezada”, uma espécie de “florestas anãs”. Muitos cronistas do século XIX, luso-brasileiros ou estrangeiros, guardam, em seus relatos uma profunda postura não só antropocêntrica, como também etnocêntrica em relação ao meio natural e aos homens da região. José Joaquim da Rocha (1994) e Diogo Pereira Ribeiro de Vasconcelos (1995), embora portugueses de nascimento, viveram em Minas Gerais boa parte de suas vidas e deixaram duas importantes descrições daquela capitania em finais do século XVIII e início do seguinte, que incluem sua fauna, flora e de outros aspectos naturais. Na sua descrição das plantas prevalece uma postura nitidamente utilitária, sendo destacadas apenas aquelas que poderiam servir como alimento, tintura ou medicamentos. Não é diferente a sua visão dos animais, cujas descrições poderiam quase ser resumidas em três categorias: a) os que podemos comer; b) os que podem nos comer e/ou às nossas criações e lavouras; c) e os que nos são agradáveis pela sua beleza, canto, entretenimento, etc. Em seu *Estudo Crítico* da obra de Diogo de Vasconcelos, Carla Maria Junho Anastasia observa que, de acordo com

Laura de Mello e Souza (...) nos escritos sobre o Novo Mundo, influenciados pelas projeções do imaginário europeu, “difícilmente a edenização impera soberana, absoluta. A sombra que a ameaça (...) é a da visão detratora da América, a que lhe procura reforçar os aspectos negativos”, visão que foi intensificada nos escritos do século XVIII. Não é diferente a 1ª parte da descrição geográfica e física do Dr. Diogo, homem dos setecentos. A natureza prodigiosa, a humanidade nativa, desprezível; o bem e o mal detectados no que é belo e oferece boas possibilidades aos colonizadores e no que é temível, perigoso e indesejável; as dádivas naturais e a incapacidade do homem de tomá-las para si (ANASTASIA, 1994: 29)

Nesta perspectiva, partilhada com os viajantes estrangeiros do século XIX, à natureza prodigiosa, porém ameaçadora, se contrapõe homens que não são capazes de retirar dela, todo o seu potencial de “riquezas”. Essas observações são, em geral, dirigidas ao aproveitamento tido como insuficiente dos recursos minerais da capitania e às técnicas agrícolas, que, como foi visto, eram consideradas inadequadas. Diogo de Vasconcelos resume bem esse ponto de vista ao tratar da agricultura em Minas:

o uso do arado é quase desconhecido; não há outro modo de cultura senão derrubar, roçar e queimar os matos para depois plantar os grãos. (...) Estas terras, **destinadas pela natureza para a criação e para lavoura**, acham-se desaproveitadas. Causas deste mal devem ser a despovoação, a inércia dos povoadores e outras que não cabem referir (...) (VASCONCELOS, 1994: 143 - grifos meus).

Essas terras, destinadas pela natureza ao uso humano, deveriam, dentro desta visão, ser mais intensamente aproveitadas. Os colonizadores de origem europeia não poderiam ser como os indígenas, “homens silvestres”, que na concepção de Diogo de Vasconcelos, “vivem da rapina e da pesca e, principalmente, da caça. O que me faz convir na opinião de que pretendem que o primeiro emprego do homem no estado de natureza fosse caçador. Preguiçosos em geral, não cuidam de cultivar a terra nem de modo algum de vida” (VASCONCELOS, 1994: 76).

Não há aqui nenhuma simpatia por este “homem no estado de natureza”, e se Rousseau foi lido nas Minas Gerais do século XVIII, devem ter se fixado nas suas idéias liberais para inspirar a Inconfidência Mineira, mas não nos seus sentimentos em relação à natureza. O que se observa nos relatos daquele período é a necessidade de se dinamizar o povoamento

e a exploração do meio ambiente pouco se importando com os seus resultados. Muito pouco nos lembra o que Keith Thomas fala sobre o fato de, no início do período moderno, ter gerado “sentimentos que tornariam cada vez mais difícil os homens manterem os métodos implacáveis que garantiram a dominação de sua espécie” (THOMAS, 1988: 358).

Não se pode alegar que se trata de cronistas de uma sociedade rural isolada, distante das idéias “modernas” do final do período setecentista, pois, como foi visto, Minas Gerais, na época, possuía uma formação social urbana e uma intelectualidade sintonizada com os ideais mais avançados do pensamento europeu. Por outro lado, muitos dos viajantes estrangeiros não eram comerciantes, voltados para identificar os melhores negócios e o potencial de riquezas naturais a ser explorado, mas cientistas conhecedores das discussões mais atualizadas do Velho Mundo.

Também não se pode argumentar que se trata de uma região que ainda não conhecia os impactos de uma exploração intensiva do meio ambiente, pois a mineração havia deixado profundas cicatrizes na paisagem mineira. Saint-Hilaire comenta que foi no Morro da Cruz das Almas, onde os “antigos mineradores tiraram ouro em maior quantidade” nos arredores de Paracatu” e sua atividade causou-me admiração, pela “diligência com que trabalharam, pois não se vê no local uma polegada de terreno que não tenha sido removida. Por toda parte vêm-se escavações, montes de pedras, poços cavados para recolher a água da chuva, canais destinados a facilitar seu escoamento. A imagem que se tem é de desordem e aridez” (SAINT-HILAIRE, 1975b: 153).

Na sua avidez e imprevidência, a Coroa e os mineradores só pensaram em retirar o ouro mais fácil e rapidamente, não se preocupando com o futuro nem mesmo da atividade que era sua “galinha dos ovos de ouro”. Saint-Hilaire aponta as conseqüências desta ação desenfreada sobre o próprio garimpo na mesma região acima:

houve tempos em que com a ajuda de uma bateia, retirava-se meia libra de ouro, e ainda hoje as jazidas de Paracatu são muito ricas. É verdade que por ocasião da minha passagem por lá, esse córrego não fornecia aos faiscadores mais do que 1 ou 2 vinténs de ouro em pó ao fim de um dia de trabalho, mas isso devido aos rigores da seca. Quando as chuvas são abundantes chegam a fazer 1200 réis por dia. (...) [A] causa é a escassez de chuvas, que cria um obstáculo a mais. Quanto os primeiros mineradores vieram estabelecer-se na região todos os riachos eram rodeados de matas. Elas foram derrubadas e água se tornou menos abundante. É esse o resultado dos desmatamentos tanto na América como na Europa (Idem, 150/151).

O declínio da mineração não se constituiu em uma experiência que levasse a refletir sobre a utilização dos recursos naturais e em particular sobre o desmatamento, pois, ao passarem a se dedicar à agricultura e a pecuária e ao se embrenharem pelo sertão, os antigos mineradores continuavam a praticar o mesmo tipo de exploração desordenada do meio ambiente. Essa postura nos lembra bem o que Sérgio Buarque de Holanda chamou de “feitorização”, como característica da colonização portuguesa, que ele bem aponta nas palavras de Frei Vicente de Salvador sobre Portugal: “não só os que de lá vieram mas os que lá nasceram, que uns e outros usam da terra, não como senhores, mas como usufrutuários, só para a desfructarem e a deixarem destruída” (HOLANDA, 1936: 80).

Mais do que uma concepção da colonização portuguesa, mais do que a revolução mecanicista, mais do que uma visão antropocêntrica do cristianismo, mais do que uma tradição do pensamento ocidental em separar o mundo humano do mundo natural, foi a expansão do capitalismo, que contribuiu para que a natureza fosse transformada em uma mercadoria sem custo para o capital. Keith Thomas observa que: “como notaria Karl Marx, não foi a religião, mas o surgimento da propriedade privada e da economia monetária, o que conduziu os cristãos a explorar o mundo natural de uma forma que os judeus nunca fizeram; foi aquilo que ele chama de ‘a grande influência civilizadora do capital’ que, finalmente, pôs fim à ‘deificação da natureza’” (THOMAS, 1988: 29).

Essa “grande influência civilizadora”, no entanto, nunca deixou de provocar também críticas, seja por sua enorme capacidade de destruir outras culturas e de provocar desigualdades sociais, seja pela sua não menor atuação no sentido de provocar a destruição natural. A vinculação entre as duas questões já estava presente no século XVIII, quando muitos começaram a criticar uma postura antropocêntrica e a se preocupar com os direitos dos animais e da relação com a natureza. “No geral (...) a preocupação com o bem-estar animal fazia parte de um movimento mais amplo que envolvia a extensão de sentimentos humanitários a serem humanos antes desprezados, como os criminosos, os insanos e os escravizados” (Idem, 220). Com a expansão do capitalismo, nas sociedades dos países centrais e no restante do mundo, algumas parcelas da população

viram um aumento incalculável do conforto, bem estar e felicidade dos seres humanos; por outro lado, davam-se conta da impiedosa exploração de outras formas de vida animada [e de outros seres humanos]. Havia, dessa maneira, um conflito crescente entre as novas sensibilidades e os fundamentos materiais da sociedade humana. Uma combinação de compromisso e ocultamento impediu até agora que tal conflito fosse plenamente resolvido. É possível afirmar ser essa uma das contradições sobre as quais assenta a civilização moderna. Sobre as suas conseqüências finais, tudo o que podemos é especular (Ibidem, 358).

Referências Bibliográficas

ANASTASIA, Carla Maria Junho. Estudo Crítico. In VASCONCELOS, Diogo Pereira Ribeiro de. *Breve Descrição geográfica, física e política da Capitania de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1994.

ANTONIL, André João. *Cultura e opulência do Brasil*. São Paulo: Melhoramentos; Brasília: INL, 1976.

ALMEIDA, Angela Mendes de. *Notas de leitura a respeito da modernidade entre os portugueses*. Rio de Janeiro: UFRRJ, 1989.

_____. *Temas sobre o mundo rural - Campo e cidade como imagens*. Rio de Janeiro: UFRRJ, 1996a.

_____. *Notas de leitura sobre uma visão histórica do campo*. Rio de Janeiro: UFRRJ, 1996b.

BURMEISTER, Hermann. *Viagem ao Brasil através das Províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais*. São Paulo: Livraria Martins Editora, 1980.

CARDOSO, Fernando Henrique. A cidade e a política. *Cadernos CEBRAP*, nº 7, São Paulo, 1972.

CARVALHO, Marcos de. *O que é natureza*. São Paulo; Brasiliense, 1991.

CASTORIADIS, C. *As encruzilhadas do labirinto*, vol. II, São Paulo: Paz e Terra, 1987.

D'ORBIGNY, Alcide. *Viagem pitoresca através do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1976.

FEBVRE, Lucien. *O problema da descrença no século XVI - A religião de Rabelais*. Lisboa: Editorial Início, 1970.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio Ed., 1936.

_____. *Visão do paraíso*. Rio de Janeiro: José Olympio Ed., 1959.

_____. *Metals e pedras preciosas. História da Civilização Brasileira*. vol. II, Rio de Janeiro: DIFEL, 1977.

KOYRÉ, Alexandre. Do mundo do mais ou menos ao universo da precisão. *Galileu e Platão*. Lisboa: Gravida, 1982.

LE GOFF, Jacques. *Para um novo conceito de Idade Média - Tempo, trabalho e cultura no Ocidente*. Lisboa: Editorial Estampa, 1980.

LENOBLE, Robert. *História da idéia de natureza*. Lisboa: Edições 70, 1990.

- LIMA JÚNIOR, Augusto de. *A Capitania de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1978.
- MELLO E SOUZA, Laura de. *Desclassificados do ouro: a pobreza mineira no século XVIII*. Rio de Janeiro: Edições Gral, 1986.
- QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. Dialética do rural e do urbano. BLAY, Eva Alterman. *A luta pelo espaço: textos de sociologia urbana*. Petrópolis: Vozes, 1978.
- RIBEIRO, Ricardo Ferreira. *O sertão espiado de fora: os viajantes estrangeiros descobrem o Cerrado mineiro na primeira metade do século XIX* Rio de Janeiro: CPDA/UFRRJ, 1997.
- ROCHA, José Joaquim da - *Geografia histórica da Capitania de Minas Gerais. Descrição geográfica, histórica e política da Capitania de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1995.
- SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem pelas províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1975a.
- _____. *Viagem às nascentes do rio São Francisco*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1975b.
- SPIX, Johann Baptist & MARTIUS, Carl Friedrich Philipp von. *Viagem pelo Brasil (1817-1820)*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, vol.2, 1981 [1823].
- THOMAS, Keith. *O homem e o mundo natural*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.
- TIMES. *Atlas da história do mundo*. São Paulo: Folha de São Paulo, 1995.
- VANZOLINI, P.E. A contribuição zoológica dos primeiros viajantes naturalistas no Brasil. *Revista da USP: Dossiê o Brasil dos Viajantes*. São Paulo: USP/CCS, 30, julho-agosto 1996.
- VASCONCELOS, Diogo Pereira Ribeiro de. *Breve Descrição geográfica, física e política da Capitania de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1994.
- VERGUEIRO, Laura. *Opulência e miséria das Minas Gerais*. São Paulo; Brasiliense, 1981.
- WEBER, Max. Conceito e categorias de cidade. In: VELHO, Otávio G. (org.). - *O Fenômeno Urbano*. Ed. Guanabara, Rio de Janeiro, 1987.

Notas:

¹ Esse e outros dados populacionais sobre a Europa no período foram obtidos do *Atlas da História do Mundo* (TIMES, 1985).

² Segundo o naturalista francês Alcide D'Orbigny, "em 1823, o Brasil não contava mais de 4.000.000 de habitantes, para uma superfície de 385.000 léguas quadradas; e, ainda assim, os negros escravos constituíam cerca de uma terça parte daquele número" (D'ORBIGNY, 1976: 189).

³ Fernando Henrique Cardoso comenta que sobre essas observações de Sérgio Buarque de Holanda "é preciso matizar um pouco a tentação da síntese fácil. Hardov mostrou em seus trabalhos que também na colonização ibérica houve certo sentido de adaptação. O geometrismo das cidades sob a forma de tabuleiro foi composto pouco a pouco, por experiência e erro. A escolha do sítio para a localização das cidades foi influenciada, por sua vez, pela experiência urbana pré-colombiana, como o atestam as cidades de Cusco, México (Tenochtitlan), Bogotá ou Quito, entre outras" (CARDOSO, 1972: 36/37).

⁴ Até o final do século XVIII mais cinco vilas foram criadas: São Bento do Tamanduá, Queluz, Barbacena, Campanha e Paracatu.

⁵ Entre estes ofícios podem-se citar: "artífices, pedreiros, ferreiros, carpinteiros, alfaiates, sapateiros, entalhadores, ourives e outros que se estabeleceram nos povoados" (LIMA JÚNIOR, 1978: 75).